

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 6ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada à entrega do Título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais à Sra. Lohanna Souza França Moreira de Oliveira

1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/4/2025

Presidência do Deputado Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras da Deputada Beatriz Cerqueira – Entrega de Título – Palavras da Deputada Lohanna – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Betinho Pinto Coelho – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Doutor Jean Freire – Lohanna – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 19h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião à entrega à Sra. Lohanna Souza França Moreira de Oliveira do título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira, por meio dos termos do art. 62 da Constituição do Estado.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Lohanna Souza França Moreira de Oliveira, deputada estadual; os Exmos. Srs. desembargador Ronaldo Claret de Moraes, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior; Hugo Barros de Moura Lima, procurador-geral de Justiça Adjunto Institucional, representando o procurador-geral de Justiça do Estado, Paulo de Tarso Morais Filho; desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, representando o Tribunal Regional Eleitoral do Estado; e as Exmas. Sras. Mila Corrêa da Costa, secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais; e deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar as presenças do Sr. Tiago Ulisses, ex-deputado estadual; da Sra. Denise Guerzoni, promotora de Justiça, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Cao-VD; da Profa. Roberta Eliane Santos Froes, vice-reitora da Universidade Federal de Ouro Preto; do Prof. José Roberto de Paula, reitor substituto do Instituto Federal de Minas Gerais; do Sr. Jarbas Soares Júnior, ex-procurador-geral de Justiça de Minas Gerais; do Sr. João Ênio, prefeito municipal de São Francisco de Paula; e do Sr. Gilson Lucas, prefeito municipal de Machacalis. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Quarteto de Flautas Transversais da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação do Prof. Alberto Sampaio.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Beatriz Cerqueira

Boa noite. Nós vamos tentar de novo porque é um dia de festa, gente. Boa noite. Hoje é um dia de celebração, não é? De fato, há dias mais difíceis neste Plenário, mas esta noite não se enquadra nisso. É uma noite de celebração. Presidente, boa noite. Não é verdade que é um dia de celebração? Quero cumprimentar V. Exa., nosso presidente Tadeu Leite; o desembargador Ronaldo Claret de Moraes, que está representando o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a quem agradecemos – é muita gentileza estar conosco; o procurador-geral de Justiça Adjunto Institucional, Hugo Barros, aqui representando o procurador-geral de justiça, Paulo de Tarso, a quem agradecemos – é muita generosidade estar aqui; o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, que está representando o Tribunal Regional Eleitoral – muito obrigada; a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Mila Corrêa – obrigada pela presença. Quero cumprimentar ainda os meus colegas deputados e deputadas. Permitam-me fazê-lo na pessoa do meu líder de bloco, deputado Ulysses Gomes. Há vários vereadores e vereadoras aqui, não há? Deixem-me cumprimentar todos e todas, na pessoa da Kell, de Divinópolis. Sintam-se abraçadas e abraçados. É muita generosidade e gentileza de vocês estarem aqui.

Bem, Lohanna, geralmente a gente organiza as falas, há um discurso organizado, próprio de quem ocupa a tribuna, mas eu não preparei nenhum discurso, porque há dias em que a gente fala com o coração. Então achei que o que eu poderia trazer de melhor seria falar com o coração neste momento. Um abraço, Doutor Jean Freire. A cidadania é uma grande responsabilidade, não é? Esse pertencimento a um território, essa simbologia de pertencer, no nosso caso, a um estado tão importante e tão necessário para o nosso país... Você fez um movimento inverso, porque geralmente a gente entrega a responsabilidade da cidadania e aí a cidadã retribui ao Estado. A Lohanna fez um movimento inverso. Primeiro ela retribuiu, colocando a sua vida à disposição da política como vereadora,

como deputada estadual. Eu desejo que ela muito em breve seja deputada federal, nos representando. Ela fez o contrário, primeiramente ela se colocou à disposição.

Eu queria falar sobre nós, mulheres. Quando elas colocam os seus corpos à disposição para a política – Dr. Jarbas, como vai? –,esses corpos significam muito. Eu queria falar sobre isso. Quando nós nos colocamos à disposição para a luta política, nós enfrentamos muitas formas de violências. Eu não vou falar sobre elas, porque nós estamos num momento de celebração. Mas nós precisamos saber disto: uma mulher na política supera violências todos os dias, mesmo quando não enxerga que aconteceu uma violência. Ela acontece. A gente é que não consegue enxergar todas essas violências. Então reconhecer como cidadã de Minas Gerais a Lohanna é fazer um reconhecimento a essa mulher que ocupa a política. É uma mulher jovem que traz uma força, uma energia, uma disposição para a construção que contagia todos nós neste espaço em que estamos, com esse tapete vermelho. Foi por isso que nós entramos muito devagarzinho. Ela nos contagia cotidianamente com essa ocupação da política, com essa disposição para construir. A Lohanna tem uma capacidade de liderança e de mediação que a fez muito rapidamente se tornar líder da Bancada Feminina. E olha, gente, liderar uma bancada feminina com representações tão diferentes não é uma tarefa fácil. Ser escolhida de forma consensual não é uma tarefa fácil. Então essa é uma mulher com capacidade de ter se colocado à disposição para a política, com o seu corpo, com a sua energia, com as suas renúncias.

Ao ocuparmos esse lugar, renunciemos a muitas coisas; abrimos mão de muitas coisas, das quais não falarei porque é uma noite de celebração. Então não vou quebrar o pacto da celebração. A Lohanna é essa mulher da juventude, da política, da mediação, da ocupação deste espaço. Quero fazer também uma referência importante à família. Cadê o marido da Lohanna? Talvez ele seja quem mais fique sacrificado. As nossas famílias pagam uma conta alta, uma conta muito alta, e tem que pagar mesmo porque ela é de todas nós – de todos nós. Há esse exercício da política a ocupar a serviço da coletividade, a serviço das mulheres, a serviço de transformar o mundo para que fique um pouco melhor. De fato, no plano privado, a gente tem um pouquinho mais de sacrifício. Quero agradecer-lhe todas as vezes que você e que sua família abriram mão e que compreenderam a situação – houve vezes que não compreenderam –,mas isso é importante. Então agradeço-lhe mais uma vez e, na sua pessoa, agradeço sua família por toda essa disposição de estarem juntos, porque a política também é um lugar muito solitário para as mulheres. É preciso que a gente tenha uma rede de proteção, que a gente tenha uma retaguarda e que a gente não caminhe sozinha.

Eu disse a vocês as razões políticas, gerais, que fizeram com que tivéssemos a iniciativa de conceder essa cidadania honorária, votada por unanimidade dos colegas deputados e das colegas deputadas, ou seja, foi assinada pela grande maioria. Então é um reconhecimento institucional importantíssimo a essa jovem liderança, que agora é nossa mineira. É mineira e está nos nossos corações. Querida Lohanna, obrigada. Aceite essa cidadania honorária e continue fazendo cada vez mais por Minas Gerais, porque é isso que nós podemos fazer. Podemos oferecer ao povo mineiro uma política que vale a pena, e você nos ensina isso no cotidiano.

Neste finalzinho, quero agradecer-lhe a amizade, todas as vezes que você segurou a minha mão, todas as vezes que fomos caminhando juntas diante de tantas coisas que enfrentamos aqui. Vou finalizar porque a minha maquiagem está ótima e não gostaria de borrá-la neste momento porque preciso fazer as fotos. Muito obrigada a todos que estão compartilhando este momento conosco. Deixo um abraço para o pessoal da Uemg. Gratidão por estarem aqui compartilhando este momento conosco. Como ela é a deputada da Uemg, é muito importante a presença de vocês. Todos que estão celebrando, celebrem mesmo. Vamos celebrar a vida das pessoas importantes para nós, porque depois pouco adianta; depois é da memória que temos de cuidar. Então celebremos a vida da Lohanna, a sua disposição de estar na política. Celebremos a Lohanna como nossa cidadã de Minas Gerais, com toda a responsabilidade de nos representar pela imensidão deste Estado. Um forte abraço em todos vocês. Parabéns, nossa cidadã!

Entrega de Título

A locutora – O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e a deputada Beatriz Cerqueira farão a entrega do título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais à Lohanna Souza França Moreira de Oliveira. A

placa contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 62 da Constituição do Estado, atendendo a requerimento de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, promulgado pela Resolução nº 5.622, de 17/5/2024, concede a Lohanna Souza França Moreira de Oliveira o título de Cidadã Honorária do Estado pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.”.

– Procede-se à entrega do título.

Palavras da Deputada Lohanna

Boa noite, gente. Há tantas pessoas amadas por mim aqui. Nós vamos ter que refazer a foto. O Betinho está ali. O Betinho está ali, e não saiu na foto. Gente, há tantas pessoas amadas por mim aqui hoje. Eu quero cumprimentar, nas pessoas do deputado Tadeu e da deputada Beatriz, todas as figuras, todos os amigos, os vereadores, todo o mundo da política – secretários, apoiadores, lideranças –, todos que amo tanto, todos os amigos, todas as pessoas que construíram minha vida comigo e toda a minha família. Quero cumprimentar também minha madrinha Nininha – que me criou, que amo tanto e que deve estar satisfeita de eu estar aqui hoje. Cumprimento ainda minha sogra, Ju, meu primo, tio, pai, Valter Júnior e Flávio, meu marido. Muito obrigada por estarem aqui hoje.

Por fim, quero cumprimentar toda a Mesa – o Tadeu eu já cumprimentei –, a minha amiga, deputada Beatriz; o desembargador Ronaldo Claret de Moraes, que representa o presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior. Muito obrigada pela presença do senhor, é uma alegria tê-lo aqui. Cumprimento o procurador-geral de justiça adjunto institucional, Sr. Hugo Barros de Moura Lima, que representa o nosso procurador-geral de justiça, Paulo de Tarso Moraes Filho – muito obrigada pela presença; o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, que representa o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais – muito obrigada pela presença; e a Sra. Mila Corrêa da Costa, secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, nossa divinopolitana porque não sou a única da Mesa – muito obrigada pela presença também, Mila.

Gente, eu fiz um discurso escrito para ler. Vou lê-lo, mas, em alguns momentos, quero falar algumas coisas sem terem sido planejadas. Primeiramente, eu queria contar para vocês que estar na Assembleia de Minas, ter nascido no Espírito Santo e receber o título de Cidadania Honorária deste estado que, como uma mãe adotiva, me abraçou, colocou-me debaixo da asa, criou-me e me deu a oportunidade de cuidar e de representar, primeiro, os divinopolitanos e, agora, todos os mineiros, é muito especial. Só que receber essa cidadania das mãos da deputada Beatriz é ainda mais especial. Primeiro, eu vou ser profissional também. A deputada Beatriz foi o meu voto em 2018. Não há muita gente aqui que sabe disso, mas ela foi o meu voto em 2018 para deputada estadual. Eu acreditava muito nela. Ela me representava enquanto mulher na política, enquanto pessoa que brigava pela educação e defendia os interesses públicos num estado em que vale a pena sonhar, num estado em que não ficamos discutindo o mínimo, discutindo o que é possível, discutindo o que dá, mas, sim, em que falamos de vida plena, em que falamos de vida digna e em que falamos de sonho, de oportunidade e de desejo. Para que estar na política se não for para falar do sonho? Para que estar na política se for para disputarmos o mínimo, o básico, só o que é possível? Não vale a pena. A gente está na política é para sonhar e construir outro mundo. Eu votei na Bia, em 2018, porque tinha a certeza, assim como tenho até hoje – e talvez hoje eu tenha mais –, de que ela representava tudo isso.

Fui eleita vereadora em 2020, lá com o meu amigo vereador Rodyson do Zé Milton, presidente do PV em Divinópolis, que nos honra aqui com a sua presença. Então, em 2020, fui eleita vereadora e passei dois anos não só de muito aprendizado na câmara municipal mas também de relativa solidão, porque o espaço da mulher na política – e também não vou me adentrar nele para termos, como a Bia falou, uma noite de celebração – não é um dos mais leves do mundo. Quando entro na Assembleia – eleita deputada em 2022 e assumindo em 2023 –, um mundo de mulheres que suportam e sustentam mulheres se abriu para mim, ou seja, um mundo de deputadas, amigas e colegas, que, de posições políticas diferentes – ninguém pensando igual –, se suportam, se sustentam, se ajudam, estendem as mãos e dão a oportunidade de diálogo, de brilho, de compartilhamento de ideias. Se estou na liderança da Bancada Feminina hoje, é importante dizer que foi por uma provocação de duas amigas: da deputada Bella e da deputada Beatriz. As duas é que me falaram: “Lohanna, vá lá! Se você for a nossa candidata, você ganha”.

Então essas são as falas profissionais, essas são as falas sobre o motivo pelo qual é tão legal receber esta homenagem da deputada Beatriz e me tornar cidadã mineira pelas mãos dela. Agora é muito importante falar da amiga Beatriz Cerqueira, da amiga generosa que, todas as vezes que eu me senti ansiosa no Plenário achando que não ia ter condição nenhuma de pautar as lutas da Uemg, assim como as vontades que temos para o Estado e todos os sonhos, como falei, que são os motivos que nos trouxeram aqui para dentro, ela me disse: “Lohanna, isto aqui é uma maratona e não uma corrida de 100m rasos. Calma, que você vai dar conta! Mas, se você gastar toda a sua energia agora, no final, você vai estar pedindo socorro”. Ela me ajudou a pensar em estratégias de luta, assim como escrevê-las, defendê-las, articulá-las e colocou para frente tudo o que tínhamos de vontade para acontecer. Então, que bom, minha amiga, compartilhar este Plenário com você e trabalhar ao seu lado todo dia, mas melhor ainda é ser a sua amiga. Obrigada por tudo o que você faz por Minas Gerais, pelas mulheres e por mim nesta Casa.

Gente, as alegrias desta noite têm uma história. Agora eu volto para a minha fala planejada. O que tenho para dizer hoje, nesta 20ª Legislatura, é que essa história está sendo construída muito coletivamente, ou seja, sendo construída com todos esses amigos deputados que aqui estão, sendo construída com os deputados que estão na base do governo ou na oposição do governo e que variam aqui e ali, com os secretários de Estado, com os vereadores que nos trazem as demandas que importam, com os reitores e os vice-reitores das nossas universidades, com os professores com os quais construímos coletivamente todo dia, com os trabalhadores da cultura que construímos coletivamente todo dia, com as mulheres. No entanto, essa história só é possível ser escrita aqui dentro porque, na 20ª legislatura, temos parlamentares do mais alto nível político. Esses parlamentares fazem do ponto de vista técnico e político um dos trabalhos mais profissionais que existem hoje no País em termos de atuação do Parlamento e em benefício do povo.

Poucas assembleias são como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Eu tenho o privilégio de contar para vocês que aqui, na Assembleia, rotineiramente as coisas funcionam, e a gente sabe que, infelizmente, isso ainda é uma exceção. Na Assembleia, as coisas funcionam, os servidores funcionam, os deputados funcionam, o povo é ouvido, as coisas caminham, e a gente tenta construir soluções dentro do que cada um considera certo ou errado – e cada um foi eleito por considerar tal coisa certa ou errada. Então isso é legítimo, e a gente consegue fazer com que as coisas caminhem para a frente.

Existe uma dimensão política que precisa ser salientada, porque é na política institucional que falamos enquanto Parlamento. Esta é uma Casa de muitos partidos, e, pela condução do nosso presidente, o deputado Tadeu, e dos demais membros da Mesa diretora, em 99% das vezes ou em 100% delas nós tomamos o partido do povo quando temas de interesse estadual são submetidos à nossa discussão. Faço isso com um olhar específico, que é o olhar do meu partido, o Partido Verde, e por isso quero cumprimentar também o Gelson Leite, aqui presente, que é o presidente do Partido Verde em Belo Horizonte e que representa o nosso presidente estadual Osvander Valadão.

Eu fui abençoada por Deus com a possibilidade de estar num espaço partidário que me representa e me dá a liberdade de atuar dentro daquilo em que acredito. Isso foi muito possível pela forma como a gente construiu a nossa trajetória até aqui, junto com tantos de vocês. A nossa trajetória nas urnas começou em Divinópolis, onde eu tive a alegria, a honra e o privilégio de ter sido a vereadora mais votada da história da cidade, com 5.462 votos. Depois, na disputa pelo cargo de deputada, com uma quantia bastante pequena de recursos e de contribuições dos nossos apoiadores, nós tivemos a alegria de obter quase setenta mil votos em 750 dos 853 municípios de Minas Gerais, de norte a sul e de leste a oeste, graças aos mineiros.

Então eu preciso ser muito grata. Tenho que me ajoelhar todos os dias, durante a noite, e agradecer a esse povo maravilhoso que me quis na vida pública e que me sustenta aqui, até hoje. É por essa população, por essas pessoas que me deram força, principalmente nos momentos mais difíceis, que eu me sustento de pé até aqui. Falo de coração aberto, porque a vida pública também é feita de desafios. A Bia falou um pouco sobre alguns desses desafios: as ameaças, as dificuldades, as intempéries do caminho, mas isso não é pauta do dia de hoje.

É importante dizer que não foi só eu. Fui eu; foi a deputada Bella; foi a deputada Beatriz; foi a deputada Andréia; foi a deputada Macaé; foi a deputada Leninha, vice-presidenta desta Casa, que não está aqui, hoje, porque ela nos representa, enquanto mulheres de luta, em um congresso no México. Todas essas mulheres que estão no Parlamento viveram esse processo e sobreviveram a ele porque seguiram de mãos dadas e também porque houve a decisão de alguns homens de usarem seu espaço de poder e privilégio para nos ajudar. É isso que faz um homem que defende verdadeiramente as mulheres. Eu queria agradecer a eles, na pessoa do presidente Tadeu, principal figura entre esses homens nos espaços de poder. Estendemos esse agradecimento ao Dr. Jarbas, à frente do Ministério Público à época, e a todos os nossos amigos que estão na Polícia Civil, na Polícia Militar e em todos esses espaços onde o apoio às mulheres foi transformado em trabalho e em ações reais pela nossa segurança.

Eu continuei trabalhando – essa foi a resposta que escolhemos para dar a tudo isso – como deputada, como mulher na política, fazendo projetos, realizando audiências, atuando na fiscalização, colocando a energia que tenho naquilo que funciona e que muda a vida das pessoas: o trabalho. Eu tenho a emoção de dizer a todos vocês que esse trabalho foi reconhecido na Casa, pela aprovação de projetos importantes, pela possibilidade de destinar recursos para as cidades importantes do nosso estado e pelas grandes conquistas que já vieram e que ainda virão por aí.

A alegria de hoje é dupla, porque, junto à satisfação que tenho de estar aqui, hoje, entre amigos e amigas queridas, eu, que venho de terras capixabas, tenho também a alegria de me tornar oficialmente mineira. Nós, que estamos deputados, costumamos percorrer o interior e, de trabalho em trabalho, tentamos ajudar as cidades, não é, Betinho? Ninguém faz milagre, mas seguimos tentando! Em algumas dessas cidades, a gratidão do eleitorado e do Legislativo se transforma na concessão do título de cidadania municipal, que eu já tive a alegria de receber em algumas cidades, inclusive aqui, na nossa capital, em Belo Horizonte, pelas mãos do meu amigo, o Dr. Célio Fróis, que se faz presente hoje. Eu tive o prazer de ser agraciada com esses títulos e, em todas essas cidades, eu manifestei a minha emoção genuína e profunda pelo gesto das homenagens.

Como ex-vereadora, entendo muito bem o significado de dar a alguém a cidadania honorária, de dar a ele ou a ela a condição de ser membro de uma comunidade, com base na convivência democrática e na cidadania, que todas as nossas cidades ostentam orgulhosamente. Nessa linha de raciocínio, entendo que aquilo que a Assembleia faz hoje, ao me conceder o título de Cidadã Honorária de Minas Gerais, é mais do que permitir, por direito, que eu use o gentílico “mineira” ao me apresentar. Se vocês, prezados amigos, me tornam mineira de direito, vocês também me tornam parte de uma das mais ricas tradições sociais e políticas estaduais que este país já produziu.

Nessa perspectiva, eu me vejo estimulada a dividir com vocês, a título de encerramento destas palavras, o que entendo por esta pequena palavrinha: “mineira”. Divido com vocês o que entendo por ser mineira e por me tornar mineira oficialmente, a partir de hoje. Ser mineira, meus amigos, é, para mim, partilhar de uma história incrível, que começa com um povo que subiu montanha e desceu serra, atravessou rio e ribeirão, criou gado, plantou lavoura, educou, fabricou queijo, fez artesanato, fundou vilas, construiu cidades e construiu isto que, hoje, é o nosso grande estado.

Na política – essa atividade que abracei, mesmo sendo bioquímica pela Universidade Federal de São João del-Rei –, ser mineira é ser parte de um povo que, mesmo quando foi explorado, deu um grito, no final do século XVIII, e mostrou que liberdade, ainda que tardia, não pode ser apenas uma rima de igualdade e fraternidade. Liberdade é coisa séria, pela qual vale a pena dar a vida se preciso for, mas não de forma banal e desrespeitando o Estado Democrático de Direito. Ser mineira, na política, é integrar este povo que, nos anos 1940, fez manifesto pedindo a volta das eleições e da plena democracia, porque o Estado Novo chegou para obscurecer tudo isso. Ser mineira é pertencer, por direito, ao povo que deu a este país um visionário empreendedor que, não sem defeitos, mostrou que era possível fazer 50 anos em 5. Estamos todos no Plenário que tem o nome dele: Plenário Juscelino Kubitschek. Ser mineira é ser parte do povo que produziu um líder capaz de transformar as palavras “Diretas Já” em uma expressão na qual couberam as esperanças de dezenas de milhões de brasileiros.

Mas, naturalmente, não é só isso. Ser mineiro é ser, ao mesmo tempo, ousado e discreto; é fazer uma revolução silenciosa, como foi a Inconfidência. Ser mineira, na política, continua a ser, para mim, acreditar na conversa, Bia; acreditar que, às vezes, a conversa ao pé do ouvido é a que funciona, feita com o objetivo de construir consensos. Ser mineira é aceitar a divergência e ser sensatamente radical ao considerar pontos de vista diferentes daqueles que defendemos. Ser mineira é fazer a política do café com leite ou a política do cafezinho, tomado não só com aqueles com quem concordamos, mas também com os adversários, no meio da disputa do Plenário.

Mas sou jovem. Sendo jovem, entendo que ser mineira é não só olhar as tradições, mas também sonhar com o futuro e antecipá-lo pelo trabalho de muitas facetas. Minas é tão barroca no seu patrimônio histórico quanto é modernista na sua arte poética. É tão presa à terra, como o vaqueiro Manuelzão dos livros de Guimarães Rosa, quanto livre no céu, como Santos Dumont – o nosso Santos Dumont. “Minas são muitas”, como disse o poeta. Como disse Tancredo, esse mineiro que sonhou um sonho que não envelhece, “Minas Gerais é um estado de espírito”. Hoje, com honra e alegria, entro pela porta da frente, com esse estado de espírito no corpo.

Muito, muito, muito obrigada a todos os meus amigos e a todas as minhas amigas que viajaram para estar aqui hoje. Hoje foi um dia de trabalho, um dia cansativo, um dia com as nossas demandas individuais: filho, marido, serviço, mil coisas. Mas vocês escolheram estar aqui comigo. Muito obrigada. Obrigada à deputada Beatriz, que me concedeu a cidadania. Obrigada a cada um e a cada uma de vocês. Sem vocês – se faltasse um de vocês –, esta noite não seria tão bonita como está sendo. Muito, muito, muito obrigada. Vamos devolver esta cidadania – que me tornou legítima como estado de espírito – em forma de trabalho a todas as mineiras e a todos os mineiros. Obrigada, gente.

Palavras do Presidente

O meu boa noite a todas e todos. Quero iniciar pedindo desculpas a vocês, pois algumas pessoas estão em pé aqui, dentro do Plenário, visto que não houve cadeiras suficientes para todos nós. Nós temos as galerias, é bem verdade, mas, levando em conta a importância desta noite e o fato de todos desejarem ficar próximos da nossa homenageada, e com justiça, obviamente não couberam todos no nosso Plenário. Mas o importante é nós estarmos aqui hoje confraternizando e, mais do que isso, concedendo esse título à nossa querida amiga Lohanna. Todos que a conhecem – aqui vocês a conhecem tão bem ou até mais do que eu – sabem que por onde ela passa encanta a todos e deixa o seu trabalho para todos nós.

Então, inicio minhas palavras cumprimentando a nossa homenageada, deputada e querida amiga Lohanna França, e, em nome dela, cumprimento todos os seus amigos e familiares que se fazem presentes nesta noite festiva e a minha amiga deputada Beatriz Cerqueira, uma das deputadas mais preparadas que nós temos nesta Casa e que obviamente traz hoje esta homenagem à nossa deputada Lohanna. Eu falava agora com a deputada Beatriz: “Bia, você obteve votos em praticamente todos os municípios do Estado de Minas Gerais. Então, com legitimidade, você concede, em nome de todo o povo mineiro, esse título de Cidadania Honorária à Lohanna”. Esta homenagem é capitaneada pela deputada Beatriz, mas, claro, ela está representando os 77 parlamentares, todos os deputados e deputadas desta Casa.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos os colegas que se fazem presentes: o deputado Ulysses Gomes, que esteve aqui; a deputada Bella Gonçalves; o deputado Betinho Pinto Coelho; e o deputado Doutor Jean. É muito bom tê-los aqui, nesta noite festiva. Cumprimento o querido amigo Dr. Hugo Barros, procurador-geral de justiça adjunto institucional, representando o amigo Paulo de Tarso, procurador-geral de justiça – leve a ele o meu abraço; o nosso querido desembargador Ronaldo Claret de Moraes, representando o amigo Luiz Carlos, presidente do Tribunal de Justiça; o desembargador Carlos Henrique, eleito corregedor do TRE, representando aquele tribunal. Parabéns! Leve o meu abraço a todos do nosso tribunal. Cumprimento ainda a nossa secretária de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa, servidora desta Casa, que hoje está tendo a oportunidade de fazer seu trabalho à frente de uma secretaria tão importante do Estado – ela está representando o governo do Estado neste ato. Quero mandar um abraço a

todos os amigos e a todas as amigas, através do ex-procurador-geral de justiça Jarbas Soares, que se faz presente, um querido amigo e conterrâneo. É bom revê-lo e tê-lo mais uma vez neste Parlamento.

Minhas senhoras, meus senhores, bombeiros, policiais militares, policiais civis, enfim, todos os presentes, entre as várias atividades humanas, uma das mais exigentes e repletas de desafios é o exercício da vida pública. Sem dúvida, essa é também uma função gratificante por nos permitir servir à sociedade e por nos dar a oportunidade de mudar para melhor a vida de tantas pessoas. Professora, nascida em uma família de outros professores, fotógrafos e advogados, Lohanna não pensava que, ao se dedicar ao voluntariado ou integrar os movimentos estudantis e cristãos, estaria trilhando os primeiros passos da sua participação cidadã que a conduziriam até aqui.

Movida pelo espírito de educadora e pela personalidade aguerrida, não demorou muito para que sua jornada cotidiana fizesse seu coração entender que cada escolha política que fazemos é uma decisão pelo tipo de sociedade que queremos. E daí nasceu o desejo de contribuir, de maneira mais efetiva, nesse projeto. Eleita a vereadora mais jovem de Divinópolis, conquistou ainda a marca de votação histórica e assumiu a luta por uma maior representatividade da sua região nos espaços de poder. E, sim, podemos dizer “sua região” não só pelo vínculo afetivo, familiar e profissional, mas especialmente por terem sido Itaúna e Divinópolis sua casa e sua razão de ser desde os primeiros anos de sua vida, razão pela qual o título que hoje esta Casa lhe concede, a pedido da nossa querida amiga deputada Beatriz Cerqueira, vem para atestar o seu pertencimento a Minas e aos Gerais e coroar a sua identificação com os mineiros e mineiras.

Deputada Lohanna, você é uma daquelas raras pessoas em quem a maturidade e a sabedoria são mais fortes do que o tempo e já se manifestam plenas. Além de ser uma das mais jovens parlamentares desta Casa, tem uma notável capacidade para agir e uma incansável disposição para dialogar, como a querida deputada Beatriz disse mais cedo. Graças a essas virtudes, é representante autêntica de uma valorosa tradição muito presente em Minas: a tradição das mulheres que possuem “a estranha mania de ter fé na vida”, segundo nos ensina a canção imortal de Milton Nascimento e Fernando Brant.

Sua trajetória na vida pública, tanto na Câmara Municipal de Divinópolis, como aqui, nesta Casa, já é coroada de vitórias e evidencia um imenso potencial para uma carreira política cada vez mais brilhante. Além disso, sua dedicação às causas que lhe são mais caras e que afetam diretamente a vida de nossa gente é mais uma prova incontestável de sua genuína mineiridade.

Como líder da Bancada Feminina desta Casa, que reúne o maior número de parlamentares mulheres de toda a história da Assembleia, tem manifestado uma habilidade admirável para construir consensos e fazer avançar o debate em áreas fundamentais, como a educação, a cultura e o meio ambiente. Com isso, tem contribuído imensamente com a efetivação dos direitos das mulheres, dos jovens, dos trabalhadores, entre outros segmentos de toda a nossa sociedade.

Senhoras, senhores, amigos e amigas, ao conferirmos à deputada Lohanna o título de Cidadã Honorária de Minas Gerais, estamos simplesmente formalizando, de pleno direito, uma situação que já se verifica de fato. Usando suas próprias palavras, pertencer ao povo mineiro não é sobre se encaixar, é sobre abrir caminho. Abrir caminho para os desejos do seu coração e para a realização do seu projeto maior, que é o exercício da política em sua definição mais aristotélica, que não se define como a arte de dominar, mas, sim, como a arte de fazer justiça.

Reiteramos, nesta ocasião festiva, os nossos votos de pleno sucesso a você e a todos aqueles e aquelas que lhe são queridos – familiares, amigos, colegas e colaboradores. Receba, querida amiga, os meus cumprimentos e de todos os parlamentares desta Casa, e saiba que tenho orgulho de poder chamá-la não só de colega e amiga deputada, mas, especialmente, e talvez este seja o mais importante, de querida amiga. Somos honrados em contar com a sua companhia nesta caminhada, com os olhos postos no futuro, para melhor servir o nosso querido povo mineiro.

Parabéns, minha amiga. Viva a nossa mais nova cidadã mineira, deputada Lohanna França. Parabéns a todos. Um grande abraço.

A locutora – Após o encerramento regimental, ouviremos novamente o Quarteto de Flautas Transversais da Uemg, que apresentará as seguintes músicas: *Anunciação*, de Alceu Valença; *Maria Maria, Paula e Bebeto*, e *Bola de meia, bola de gude*, músicas de Milton Nascimento e Fernando Brant.

O presidente – Mais uma vez a minha gratidão a todos e todas presentes nesta noite tão importante para Minas Gerais, mas também festiva. Portanto, manifesto a todos os agradecimentos pela honrosa presença.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 14, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2025

Às 15h38min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Professor Wendel Mesquita e Grego da Fundação, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Maria Clara Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.390 e 3.013/2024. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.531/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.041/2025, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regulamentação da perícia biopsicossocial no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag;

nº 13.053/2025, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde – MS – e à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – Conitec – SUS –, em Brasília, pedido de providências para que seja elaborado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – PCDT – para a doença do espectro da neuromielite óptica – NMO –, visando promover a incorporação de tecnologias e procedimentos que garantam o acesso ao diagnóstico, a tratamentos e a medicamentos pelas pessoas com essa doença rara; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação do paciente com NMO no Estado, por ocasião da edição da Lei nº 24.789, de 2024, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Neuromielite Óptica;

nº 13.054/2025, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Ministério da Saúde – MS – pedido de providências para a incorporação, pelo Sistema Único de Saúde – SUS –, de testagem dos anticorpos específicos às proteínas atingidas pela crise autoimune causada pela doença do espectro da neuromielite óptica – Denmo –, que possibilita o diagnóstico precoce e tempestivo dessa doença; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação do paciente com neuromielite óptica – NMO – no Estado, por ocasião da edição da Lei nº 24.789/2024, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Neuromielite Óptica;

nº 13.075/2025, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os alunos PcD, matriculados nos Colégios Tiradentes da PMMG, tenham seus direitos respeitados, garantindo-lhes tratamento equitativo, sem restrições arbitrárias que prejudiquem seu desenvolvimento acadêmico, pela revisão da diretriz que impõe um teto de pontuação arbitrário e desnecessário;

nº 13.099/2025, do deputado Cristiano Silveira e da deputada Maria Clara Marra, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre os procedimentos adotados pelo programa de residência médica dessa instituição que levaram ao desligamento do Sr. Hallef Prata Borges Abi Habib, residente aprovado na 4ª edição do Exame Nacional de Residência – Enare – 2023–2024, Edital nº 3/2023, para uma vaga de residência em clínica médica para pessoa com deficiência;

nº 13.100/2025, do deputado Cristiano Silveira e da deputada Maria Clara Marra, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – e à Comissão Nacional de Residência Médica pedido de providências para averiguação sobre os procedimentos adotados pelo Programa de Residência Médica do Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais que levaram ao desligamento do residente Hallef Prata Borges Abi Habib, aprovado no concurso regido pelo Edital nº 3/2023 do Exame Nacional de Residência – Enare – para uma vaga de residência em clínica médica destinada a pessoa com deficiência;

nº 13.122/2025, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado à Claro, à Vivo Minas, à TIM Brasil – Grupo Telecom Itália e à Conexis Brasil Digital, todas em Belo Horizonte, pedido de providências para garantir maior acessibilidade às pessoas com deficiência, por meio da implementação de comandos de voz nos atendimentos virtuais, quando os usuários atendidos não possam utilizar as teclas, além de facilitação e agilização do atendimento humano nos casos em que não seja viável o atendimento pelos assistentes virtuais;

nº 13.135/2025, das deputadas Maria Clara Marra, Nayara Rocha e Ana Paula Siqueira e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para adequar o valor das indicações de emendas parlamentares destinadas à instalação de parques e salas multissensoriais com vistas a otimizar o tratamento de pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento e aprendizagem em todo o Estado;

nº 13.136/2025, das deputadas Maria Clara Marra, Nayara Rocha e Ana Paula Siqueira e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de atendimentos realizados por mês, em 2024 e 2025, pelos Serviços Especializados de Reabilitação da Deficiência Intelectual – Serdi – no Estado;

nº 13.137/2025, do deputado Cristiano Silveira e das deputadas Maria Clara Marra e Nayara Rocha, em que requerem seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a criação de curso de terapia ocupacional e a ampliação de vagas em outros cursos que formem profissionais que atuam no atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista – TEA;

nº 13.138/2025, das deputadas Maria Clara Marra e Nayara Rocha e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a atuação dos Centros de Referência em Educação Especial Inclusiva – CREIs –, consubstanciadas em documento em que se especifiquem o número desses centros em funcionamento em cada regional do Estado, as atividades desenvolvidas por eles e o número de profissionais formados desde a sua implementação, por regional; e no cronograma de formação dos CREIs e das Superintendências Regionais de Ensino – SREs – para o ano de 2025;

nº 13.139/2025, das deputadas Maria Clara Marra e Nayara Rocha e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a oferta de transporte escolar para conduzir os estudantes com deficiência para as salas de recursos, indicando-se o quantitativo de transporte escolar disponibilizado pelo Estado para esse fim;

nº 13.140/2025, das deputadas Maria Clara Marra e Nayara Rocha e do deputado Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a ampliação e o fortalecimento das ações de formação continuada destinadas aos profissionais da rede estadual de ensino com vistas a atuarem na inclusão e no desenvolvimento das crianças e adolescentes com deficiência, notadamente as crianças e os adolescentes com transtorno do espectro autista;

nº 13.141/2025, do deputado Cristiano Silveira e das deputadas Maria Clara Marra e Nayara Rocha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para implementação dos Centros de Referência Regionalizados de Atendimento Integrado às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA –, priorizando a instituição de pelo menos um centro em cada microrregião do Estado;

nº 13.142/2025, do deputado Cristiano Silveira e das deputadas Maria Clara Marra e Nayara Rocha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a ampliação e o fortalecimento dos Centros Especializados em Reabilitação – CER – no Estado;

nº 13.143/2025, do deputado Cristiano Silveira e das deputadas Maria Clara Marra e Nayara Rocha, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas para implementação da Lei nº 24.786, de 6/6/2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com transtorno do espectro autista – TEA – no âmbito do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2025.

Cristiano Silveira, presidente – Dr. Maurício – Noraldino Júnior.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2025

Às 16h15min, comparecem à reunião os deputados Raul Belém, Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 807 e 1.518/2023, no 2º turno (Coronel Henrique); 3.025/2021, no 2º turno (Dr. Maurício); e 1.069/2023, no 2º turno, e 3.086/2024, em turno único (Raul Belém). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 807/2023 (relator: deputado Coronel Henrique). O presidente torna sem efeito a apreciação do projeto de Lei nº 286/2023, por falta de pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.275, 10.561, 10.566 e 10.578/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença da deputada Lud Falcão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.979/2025, do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a invasão de javalis nas propriedades rurais do Triângulo Mineiro e as dificuldades para o manejo desses animais, em especial a burocracia para a emissão de licenças para abate dessa espécie;

nº 13.006/2025, dos deputados Raul Belém e Gil Pereira, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater o programa Cemig Agro;

nº 13.039/2025, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater questões relativas às praças de leilões de gado no Estado e as determinações estabelecidas pela Portaria nº 2.296, de 8 de abril de 2024, do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA;

nº 13.157/2025, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato Rural de Uberlândia pela realização da Femec 2025 – Maior Feira do Agro de Minas, de 31/3 a 4/4/2025, no Parque de Exposições Camaru, em Uberlândia.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2025.

Raul Belém, presidente – Doutor Maurício – Coronel Henrique.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 10h3min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Gil Pereira e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Bim da Ambulância, na condição de líder do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 13.163/2025, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a situação do setor de energia solar fotovoltaica diante das novas tarifas a serem cobradas pelos Estados Unidos. Após, registra-se a presença do deputado Gustavo Santana. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Gil Pereira, presidente – Carol Caram – Adriano Alvarenga.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 10h7min, comparecem à reunião os deputados Arlen Santiago, Leleco Pimentel (substituindo o deputado Lucas Lasmar, por indicação da liderança do BDL) e Dr. Maurício (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* das Sras. Janaina Castro Savoldi, da direção do Hospital 25 de Maio, no Município de Esmeraldas, solicitando que sejam verificados os fatos que originaram a manifestação de repúdio ao referido hospital; e Josiane Vieira da Silva Ramos, solicitando acesso a medicamentos de alto custo, como o Venvance ou o genérico correspondente, de uso contínuo, para crianças com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH – de famílias de baixa renda no Município de Novo Oriente de Minas; e do Sr. Everson Marques de Brito, denunciando fato grave envolvendo funcionárias do posto de saúde Providência, em Belo Horizonte. Comunica também o recebimento de correspondência da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG –, publicada no *Diário do Legislativo* em

20/3/2025. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 859/2023 e 2.863/2024, ambos no 1º turno (Amanda Teixeira Dias); 1.745/2023, 2.332 e 2.469/2024, todos no 1º turno (Arlen Santiago); 3.107/2024, no 1º turno (Caporezzo); 3.149/2024, no 1º turno (Doutor Wilson Batista); 2.265/2020 e 2.771/2024, ambos no 1º turno (Lucas Lasmar). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.602/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Arlen Santiago) – retiram-se os deputados Leleco Pimentel e Dr. Maurício, e registra-se a presença dos deputados Doutor Wilson Batista e Lucas Lasmar; pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.244/2023 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Doutor Wilson Batista); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.421/2021 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Wilson Batista); 1.599/2023 na forma do Substitutivo nº 3 e 2.469/2024 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: deputado Arlen Santiago). É convertido em diligência, a requerimento do relator, o Projeto de Lei nº 3.201/2024, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Saúde (relator: deputado Arlen Santiago). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.037/2024 (relator: deputado Arlen Santiago), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.489 e 10.532/2025. O Requerimento nº 10.581/2025 é retirado da pauta por deliberação da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 13.010/2025. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 13.052/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a política de assistência às pessoas com doenças respiratórias crônicas no Estado;

nº 13.169/2025, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.332/2024, que reconhece no Estado o uso do cordão de fita com desenho de mãos coloridas sobrepostas por uma silhueta humana como símbolo estadual de identificação de pessoas com doenças raras e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Arlen Santiago, presidente – Amanda Teixeira Dias – Luizinho.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 10h13min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 2/8/2024); e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 15/11/2024). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 904/2023, em turno único (Delegado Christiano Xavier), Projetos de Lei nºs 2.903/2021 e 2.901/2024, ambos no 1º

turno (Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Bruno Engler, membro da comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.080/2022 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Eduardo Azevedo); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.909/2023 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Bruno Engler); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.940/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Bruno Engler); e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.633/2022 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.888/2024 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.049/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas em cópia das escalas ordinárias e extraordinárias de serviço, de agosto a outubro de 2024, do Cap. Wilker Tadeu Alves da Silva, do Ten. Victor Stehling Schirmer, do Sgt. Welerson Gonçalves Filgueiros e do Sgt. Gabriel Ferreira Lima e Silva, e em relatório contendo todas as demais funções, atribuições, empenhos e encargos imputados aos bombeiros militares no mesmo período;

nº 13.050/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o preenchimento do Plano de Gestão do Desempenho Individual – PGDI – para o corrente ano, em especial se realizado em conjunto com os policiais penais, como determinado pelas Resoluções Seplag nºs 43/2020 e 42/2021, pois, segundo orientações da Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag –, “a chefia imediata deverá preencher o PGDI em conjunto com o servidor, que também deverá ser um agente importante no planejamento e na promoção do próprio desenvolvimento”;

nº 13.051/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações consubstanciadas em cópia dos processos administrativos citados nos atos de remoção “ex officio” ou, no caso de eventual impossibilidade, dos relatórios contendo as respectivas motivações para a transferência dos policiais penais então lotados na Penitenciária José Edson Cavaliere, em Juiz de Fora;

nº 13.089/2025, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares e os policiais civis que participaram da bem-sucedida operação de resgate de vítima de sequestro no Município de Brazópolis, em 26/3/2025, na qual foram realizadas diligências conjuntas, ao longo de mais de 16 horas de buscas ininterruptas, cujo resultado foi o êxito na condução das delicadas negociações, a preservação de todas as vidas envolvidas e a prisão do autor do delito;

nº 13.096/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a anulação, com urgência, de ato administrativo subscrito pelo diretor da Diretoria Odontológica do Hospital da Polícia Civil de Minas Gerais, emitido em resposta ao Ofício nº 27 (109584374) e ao Memorando nº 24 (109720162) do Processo nº 1510.01.0294579/2024-51, que trata de pedido de afastamento de trabalho em locais insalubres, com a concessão de intervalos de 30 minutos a cada 3 horas, para amamentação, apresentado pela Sra. Isabella Gaudêncio Mendes Nunes, Masp.1.359.108-6, conforme indicação médica, nos termos da Lei nº 24.995, de 2024, por apresentar vício de legalidade;

nº 13.097/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para viabilizar a destinação de uma viatura nova para o Presídio de Salinas, tendo em vista a situação precária da frota existente e os riscos à segurança dos policiais penais e da sociedade;

nº 13.126/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para ampliar a rede de atendimento médico para os militares e seus dependentes, especialmente as gestantes, no Município de Governador Valadares e região;

nº 13.127/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Nova Lima pedido de providências para a imediata convocação dos 157 candidatos aprovados como excedentes no concurso público para o cargo de guarda municipal de Nova Lima regido pelo Edital nº 1/2024;

nº 13.128/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a instalação de um posto de perícia integrado no Município de Itamarandiba;

nº 13.129/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja garantido o pagamento integral e tempestivo das diárias devidas aos policiais penais do Grupo de Escolta Tática Prisional – Getap –, afastando-se definitivamente o pagamento gradual dos valores legalmente previstos;

nº 13.130/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura nova para a unidade da PMMG no Município de Sacramento;

nº 13.131/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à penitenciária no Município de Carmo do Paranaíba para fiscalizar as condições estruturais da unidade e as condições de trabalho dos policiais penais, que, segundo denúncias encaminhadas à comissão, seriam péssimas;

nº 13.132/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Penitenciária Nelson Hungria, no Município de Contagem, para fiscalizar as condições estruturais da unidade e as condições de trabalho dos policiais penais;

nº 13.133/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que os equipamentos entregues às unidades prisionais sejam devidamente preservados e mantidos em adequado funcionamento, sob pena de desvirtuar-se a finalidade das emendas parlamentares apresentadas pelo deputado Sargento Rodrigues;

nº 13.134/2025, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de nova viatura, modelo SUV, para a unidade da PMMG no Município de Planura;

nº 13.167/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à PCMG em Santa Luzia pedido de providências para que realizem força-tarefa para a localização do empresário Flávio Leal de Moraes, CEO da D'Granel, a apuração e o completo esclarecimento das circunstâncias de seu desaparecimento, ocorrido na tarde de 31/3/2025, em Santa Luzia, e para a identificação da autoria das extorsões à família da vítima por meio de seu telefone celular, o que indica o cometimento de crime de extorsão mediante sequestro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 2/4/2025, às 14h15min, com a finalidade de apreciar a matéria constante na pauta, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Christiano Xavier – Antonio Carlos Arantes.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025**

Às 10h9min, comparecem à reunião os deputados Betão, Celinho Sintrocel e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação, no 1º turno: dos Projetos de Lei nºs 566/2019 (relator: deputado Celinho Sintrocel) na forma do Substitutivo nº 2; 1.169/2023, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde, e 1.529/2023, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: deputado Betão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Elismar Prado. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 608, 961, 1.245/2023 (relator: deputado Celinho Sintrocel) e 2.957 e 3.097/2024 (relator: deputado Betão), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.487, 10.493 e 10.549/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. O deputado Elismar Prado se retira. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.072/2025, dos deputados Leleco Pimentel e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja realizada visita à Gerdau Açominas, no Município de Ouro Branco, para obter esclarecimentos sobre as restrições, impostas pela empresa, de acesso às suas plantas e empreiteiras, segundo reclamações de trabalhadores, recebidas na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, em 26/3/2025;

nº 13.073/2025, dos deputados Leleco Pimentel e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja realizada audiência pública para debater reclamações, apresentadas por trabalhadores em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, em 26/3/2025, relativas a restrições impostas pela empresa Gerdau Açominas, no tocante ao acesso às suas plantas e empreiteiras;

nº 13.098/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância de ações de conscientização, prevenção e combate à violência psíquica ou física no ambiente laboral, no âmbito das campanhas nacionais de combate ao assédio moral no trabalho;

nº 13.162/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da saúde mental e os riscos psicossociais dos trabalhadores, diante da alteração da Norma Regulamentadora nº 1 – NR1 –, do Ministério do Trabalho e Emprego, que determina a implementação da gestão dos riscos psicossociais pelas empresas;

nº 13.164/2025, do deputado Betão, em que requer seja realizada oitiva da Sra. Alda Lúcia Fernandes dos Santos, presidenta do Sindicato dos Empregados em Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais – Sindimetro-MG – e do Sr. Daniel Glória Carvalho, secretário-geral do Sindimetro-MG, para apresentação do relatório do Sindimetro-MG que revela a ocorrência de mais de cem infrações trabalhistas cometidas pela Metrô BH S.A., após a privatização;

nº 13.177/2025, dos deputados Betão, Celinho Sintrocel e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as irregularidades cometidas pela concessionária Metrô BH em relação às condições de trabalho e direitos dos

trabalhadores, conforme apontado em *Relatório de auditoria fiscal do trabalho*, elaborado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2024;

nº 13.206/2025, dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada visita à concessionária Metrô BH para verificar as irregularidades relativas às condições de trabalho na empresa, conforme denúncias apresentadas pelos representantes do Sindicato dos Metroviários de Minas Gerais – Sindimetro –, na 5ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 2/5/2025;

nº 13.207/2025, dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações, em caráter de urgência, consubstanciadas em cópia da íntegra do contrato de concessão da prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da Rede Metroferroviária, do Metrô BH, para a subsidiar a atuação da comissão.

A presidência destina a 3ª Fase da 2ª Parte da reunião, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento de sua autoria, para ouvir a Sra. Alda Lúcia Fernandes dos Santos, presidenta do Sindicato dos Empregados em Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais – Sindimetro-MG – e o Sr. Daniel Glória Carvalho, secretário-geral do Sindimetro-MG. que entregam ao presidente o *Relatório de auditoria fiscal do trabalho*, do Sindimetro-MG – constando mais de cem infrações trabalhistas cometidas pela Metrô BH S.A, após a privatização. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Celinho do Sintrocel, presidente – Leleco Pimentel – Luizinho – Mauro Tramonte.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 10h34min, comparecem à reunião a deputada Chiara Biondini e os deputados Zé Guilherme, Enes Cândido, Hely Tarquínio e Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.213/2024, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Zé Guilherme); 3.249/2025, na forma original (relator: deputado Zé Guilherme); 3.478/2025, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Zé Guilherme) e 3.517/2025, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Ulysses Gomes). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Zé Guilherme, presidente – Chiara Biondini – Antônio Carlos Arantes – Enes Cândido – Hely Tarquínio – Cristiano Silveira.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 13h40min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram e os deputados Adriano Alvarenga e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião

e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.190/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça, ao coordenador do Procon de Minas Gerais e ao diretor-presidente do Núcleo Minas Gerais da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS – pedido de informações sobre as medidas que estão sendo adotadas para assegurar que as operadoras de planos de saúde cumpram a legislação vigente e informem adequadamente seus beneficiários sobre alterações na rede credenciada; a existência ou não de algum procedimento para a fiscalização da empresa Hapvida NotreDame Intermédica Saúde S.A., diante do aumento significativo de reclamações e ações judiciais; as medidas adicionais adotadas por esses órgãos para garantir o cumprimento das normas consumeristas e de saúde suplementar; o monitoramento do impacto da fusão entre Hapvida e NotreDame Intermédica na qualidade dos serviços prestados e na garantia dos direitos dos consumidores; e as providências que estão sendo tomadas para coibir o descumprimento de decisões judiciais por parte da operadora;

nº 13.191/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e ao coordenador do Procon de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas adotadas para coibir práticas abusivas no mercado de consumo, especificamente as ações de fiscalização e monitoramento para garantir que fornecedores, especialmente a empresa Arezzo, cumpram a legislação, assegurando o direito ao reembolso quando aplicável; os procedimentos adotados para fiscalizar empresas com alto índice de reclamações e descumprimento do Código de Defesa do Consumidor – CDC; as medidas para coibir práticas abusivas que restrinjam a escolha do consumidor, obrigando-o a aceitar apenas a troca do produto; a transparência das informações prestadas aos consumidores sobre seus direitos e os canais disponíveis para denúncias; e a aplicação de penalidades a empresas reincidentes, além dos mecanismos para garantir o cumprimento de decisões judiciais e administrativas;

nº 13.194/2025, da deputada Carol Caram e dos deputados Adriano Alvarenga e Eduardo Azevedo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação dos serviços prestados pela empresa Decolar, em especial sobre possível descumprimento contratual em prejuízo dos consumidores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Adriano Alvarenga, presidente – Carol Caram – Zé Laviola.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 14h15min, comparecem à reunião a deputada Andréia de Jesus e os deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel (substituindo a deputada Lohanna, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail*, recebido pelo Fale com as Comissões, da Sra. Maria Inez Monteiro Lopes. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.891/2024, no 1º turno (deputada Andréia de Jesus); 3.317/2025, no 1º turno (deputado Mauro Tramonte); 2.382/2024, no 1º turno (deputado Oscar Teixeira); e 2.780/2024, em turno único (deputado Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do

Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.401/2023 (relator: deputado Professor Cleiton), em 1º turno; pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 3.222/2025 (relator: deputado Professor Cleiton), em 1º turno; pela aprovação, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, do Projeto de Lei nº 3.789/2022 (relator: deputado Professor Cleiton), em 2º turno. Os Projetos de Lei nºs 1.681/2023, 2.568/2024 e 3.317/2025 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.045/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.124/2021, que institui o Dia Estadual do “hip-hop”;

nº 13.144/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a contratação do DJ Alok para se apresentar no Carnaval de 2025 em Belo Horizonte, nas quais se esclareçam o órgão ou instituição responsável pela promoção, o patrocínio ou financiamento do bloco do referido artista; os valores aportados por cada um dos entes públicos e privados; sobre o licenciamento ou autorização para a apresentação do trio elétrico nesse evento, especificando-se o número do documento, a data do protocolo, o registro de deferimento e suas condicionantes e contrapartidas;

nº 13.145/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre a contratação do DJ Alok para se apresentar no Carnaval de 2025 em Belo Horizonte, sobre o órgão ou entidade responsável pela promoção, pelo patrocínio ou pelo financiamento do bloco do referido artista; os valores aportados por cada um dos entes públicos e privados; e o procedimento de licenciamento ou autorização do referido evento e a liberação técnica do trio elétrico, especificando-se seu número, data de protocolo, registro de deferimento e condicionantes e contrapartidas;

nº 13.146/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações substanciadas na documentação referente à contratação do Instituto Aurum para realização do projeto Trilhas do Carnaval, durante a edição de 2025 do Carnaval de Belo Horizonte;

nº 13.147/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre o projeto Trilhas do Carnaval, firmado pelo Estado com o Instituto Aurum, esclarecendo-se o que justificou a inexigibilidade do convênio, sem chamamento público e licitação; se outras ações, além da gravação das músicas, foram realizadas com esses recursos e de que formas foram contratadas; quais os critérios para seleção dos blocos; por qual motivo o edital ficou aberto por apenas dois dias; se houve pré-seleção de blocos para a realização da referida gravação e se a iniciaram antes da divulgação do resultado do edital; e em qual estúdio foram realizadas as gravações, quem foram os profissionais técnicos responsáveis e qual foi o calendário de gravações;

nº 13.148/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a realização da edição de 2025 do Carnaval de Belo Horizonte, especificando-se quais foram os critérios para seleção dos projetos aprovados por meio de edital; se houve participação direta da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – na seleção dos projetos aprovados; quais foram os valores destinados a cada projeto aprovado; se foram beneficiados grupos e projetos para o Carnaval fora dos editais públicos abertos e, em caso positivo, quais foram os projetos beneficiados, os critérios de seleção desses projetos e o montante a eles destinado; e se

havia dispositivos nos editais que garantissem maior diversidade de acesso, descentralização dos recursos e critérios que impedissem o beneficiamento de um mesmo grupo ou proponente em diferentes mecanismos de fomento.

nº 13.149/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de informações consubstanciadas no extrato do Convênio nº 11.763 (Processo Interno nº 9/2025. Conveniente: Instituto Cultural Aurum. Intervenientes: FCS e Secult. Objeto: convênio de saída para conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para promoção e difusão turística do Circuito Liberdade. Valor: R\$ 2.711.500,00); no extrato do Convênio nº 11.762 (Processo Interno nº 5/2025. Conveniente: Associação Pro-Cultura e Promoção das Artes – APPA. Intervenientes: FCS e Secult. Objeto: convênio de saída para conjugação de esforços, com atuação harmônica e sem intuito lucrativo, para promover o desenvolvimento, o fortalecimento e a valorização sociocultural do Carnaval popular de Minas Gerais. Valor: R\$10.647.554,39); no extrato do primeiro termo aditivo ao Convênio nº 11.762 (Processo Interno nº 5/2025. Conveniente: Associação Pro-Cultura e Promoção das Artes – Appa. Intervenientes: FCS, Secom, Secult. Objeto: alteração e ampliação do escopo do plano de trabalho constante do Convênio nº 11.762. Valor R\$1.000.000,00); e no extrato do Contrato nº 11.769 (Patrocínio. Patrocinada: Liberdade, Sociedade de Radiodifusão Ltda. Objeto: patrocínio do projeto denominado Carnaval Liberdade 2025, no período de 1º a 4/3/2025, no Município de Belo Horizonte. Vigência: seis meses. Valor global: R\$600.000,00);

nº 13.150/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes – Appa – pedido de informações sobre as razões da contratação, mediante dispensa de licitação, da Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes, para execução do projeto Via das Artes, por meio do Convênio nº 11.762 Codemig-Gecop-Central de Contratos, cujo objeto era a realização dos corredores sonorizados no Carnaval de 2025 do Município de Belo Horizonte, especificando-se quais foram as razões para a solicitação, por meio da Appa, de termo aditivo ao referido convênio no valor de R\$1.000.000,00, após a realização do Carnaval; se os serviços contratados no âmbito do referido convênio ocorreram por meio de chamamento público ou tomada de preços; quais foram os critérios utilizados para selecionar os blocos que desfilarão no corredor sonorizado e quem participou desse processo de seleção; e o que foi oferecido a cada bloco contemplado no âmbito do referido convênio, tendo em vista os altos valores despendidos;

nº 13.151/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo, ao presidente da Fundação Clóvis Salgado e à diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de informações sobre as razões da contratação, por meio de dispensa de licitação, da Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes – APPA – Cultura & Patrimônio, para execução do projeto Via das Artes, por meio do Convênio nº 11.762 Codemig-Gecop-Central de Contratos, cujo objeto era realização dos corredores sonorizados no Carnaval de 2025, do Município de Belo Horizonte; os motivos para solicitação, por meio da APPA, de termo aditivo ao convênio citado, no valor de R\$ 1.000.000,00, após a realização do evento; a modalidade de licitação, chamamento público ou tomada de preços, utilizada na contratação dos serviços, no âmbito do referido convênio; os critérios utilizados para a seleção dos blocos que desfilarão no corredor sonorizado e quem participou desse processo de seleção; e o que foi oferecido a cada bloco contemplado nesse convênio, considerando os altos valores despendidos;

nº 13.152/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para envio à comissão da documentação relativa ao Convênio Nº 11.762 Codemig-Gecop-Central Contratos, firmado entre a Codemig e a Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes – Appa –, com a interveniência da Secult e da Fundação Clóvis Salgado – FCS;

nº 13.153/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para apuração das denúncias de abusos e violação da inviolabilidade de

templo e dos direitos culturais por ter adentrado abruptamente e sem autorização no Terreiro 13 de maio, no Bairro Concórdia, em 3/3/2025, durante as festividades da edição de 2025 do Carnaval de Belo Horizonte;

nº 13.154/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a alocação de recursos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura para a realização de ações com vistas à promoção do Carnaval de 2025;

nº 13.155/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o percentual do montante de R\$60.000.000,00 investidos pelo Estado na realização do Carnaval 2025 direcionado à realização de eventos no interior, os projetos fomentados com esses recursos, as localidades beneficiadas e os valores a elas destinados;

nº 13.156/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os seguintes aspectos relativos ao Carnaval Eletrônico, esclarecendo-se a razão pela qual os tradicionais grupos e blocos da cena eletrônica não foram chamados a protagonizar esse evento durante o Carnaval; os valores investidos para a realização do Carnaval Eletrônico durante a madrugada; o eventual recebimento, pelo apresentador Zeca Camargo, de recursos públicos para sua participação no Carnaval, com a indicação, em caso positivo, do valor pago e dos critérios para sua fixação; e a ocorrência de direcionamento de recursos públicos para o desfile do Bloco do DJ Alok;

nº 13.158/2025, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Comunicação Social pedido de informações sobre o Carnaval Eletrônico, esclarecendo-se a razão pela qual os tradicionais grupos e blocos da cena eletrônica não foram chamados a protagonizar esse evento durante o Carnaval; os valores investidos para a realização do Carnaval Eletrônico durante a madrugada; o eventual recebimento, pelo apresentador Zeca Camargo, de recursos públicos para sua participação no Carnaval, com a indicação, em caso positivo, do valor pago e dos critérios para sua fixação; e a ocorrência de direcionamento de recursos públicos para o desfile do Bloco do DJ Alok;

nº 13.168/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.027/2023, que institui o Dia Estadual do Congadeiro e da Congadeira, do Reinadeiro e da Reinadeira;

nº 13.172/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de diplomas referentes aos votos de congratulações com a Charanga do Galo pelas relevantes contribuições à cultura desportiva e musical do Estado, ao longo dos últimos 55 anos, e com a família de José Ferreira Veloso, um dos primeiros integrantes desse conjunto, falecido em dezembro de 2024;

nº 13.182/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Tim Santos e Eduardo Ferreira dos Santos pela criação de um robô que desfilou na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro (RJ), em 4/3/2025, durante o Carnaval;

nº 13.183/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os seguintes blocos afro: Bloco Afro Periférico Seu Vizinho, Bloco Afro Magia Negra, Bloco Afro Angola Janga e Bloco Afro Periférico Orisamba;

nº 13.184/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os Srs. Tim Santos e Eduardo Ferreira dos Santos pela criação de um robô que desfilou na Marquês da Sapucaí, no Rio de Janeiro (RJ), em 4/3/2025, durante o Carnaval;

nº 13.193/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Bloco Afro Seu Vizinho, Bloco Afro Magia Negra, Bloco Afro Angola Janga e Bloco Afro Periférico Orisamba pela celebração da ancestralidade negra no Carnaval de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para reunião extraordinária amanhã, dia 3/4/2025, às 14h15min, para apreciação do Requerimento nº 10.580/2025, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2025.

Lohanna, presidenta

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 2/4/2025

Às 16h10min, comparecem à reunião os deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados João Magalhães e Professor Cleiton. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ricardo Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a venda das usinas da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.120/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer sejam encaminhadas à Embaixada da Palestina no Brasil, à Câmara dos Deputados, ao Ministério dos Direitos Humanos, ao Comitê Mineiro de Solidariedade ao Povo Palestino e ao Instituto Brasil-Palestina – Ibraspal – as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater o tema “Dia da Terra Palestina”, comemorado em 30 de março, data em que ocorreram forte repressão sangrenta, mortes e prisões de palestinos;

nº 13.197/2025, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o processo de negociação do plano de saúde dos servidores da empresa, considerando-se que os servidores receberam boleto com reajuste, antes de encerrado o processo de negociação.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença dos Srs. Everson de Alcântara Tardeli, representante da sociedade civil junto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, representando o presidente do Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais – Sindsul; Marco da Camino Ancona Lopez Soligo, vice-presidente de Participações e vice-presidente de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Eduardo Armond Cortes de Araujo, presidente da Federação dos Urbanitários de Minas Gerais; Manoel Frederico Vieira, advogado da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias em Minas Gerais; e Chêiviston Glauco Menezes e Silva, membro da diretoria colegiada do Sindicato de Engenheiros de Minas Gerais – Senge-MG. Estão presentes as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna. O presidente concede a palavra ao deputado Leleco Pimentel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Ricardo Campos, presidente – Marquinho Lemos – Doutor Jean Freire – Neilando Pimenta – Arnaldo Silva.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/4/2025

Às 10h13min, comparece à reunião o deputado Leonídio Bouças, membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados João Magalhães e Dr. Maurício. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. Registra-se a presença do deputado Roberto Andrade, membro da comissão, e dos deputados Alencar da Silveira Jr., Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Luizinho. A presidência informa que a reunião se destina debater, em audiência pública, as melhorias e demandas referentes ao credenciamento das empresas de vistoria veicular na Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito, na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e na Secretaria de Estado de Fazenda. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. O presidente registra a presença da Sra. Natália Martins Cazarini, presidente do Sindicato das Empresas de Vistoria de Identificação Veicular e Motores de Minas Gerais; e dos Srs. Eduardo Campos Pinheiro, presidente da União Mineira de Vistoria Veicular; Leônidas Marcos Torres Marques, superintendente de Arrecadação e Informações Fiscais da Secretaria de Estado de Fazenda, e Ricardo Alves de Souza, diretor de Informações Econômico-Fiscais, ambos representando o secretário; Lucas Vilas Boas Pacheco, chefe de Trânsito da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito; e Glenio Leonardo de Oliveira Júnior, presidente da Associação dos Revendedores de Veículos de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Luizinho, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a saída do deputado Leonídio Bouças, e o deputado Roberto Andrade passa a exercer a presidência da reunião. O presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2025.

Oscar Teixeira, presidente – Antonio Carlos Arantes – Roberto Andrade.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/4/2025

Às 14h15min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.580/2025. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Mauro Tramonte, presidente – Lohanna – Doutor Jean Freire.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/4/2025

Às 10h6min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, a presidência informa que a

reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos da interrupção da oferta de transporte escolar no Município de Ribeirão das Neves. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Cacilda Bellose Sobreira, superintendente regional de Ensino da Metropolitana C da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, representando o secretário; Marcela Menezes Costa, vereadora da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves; e Patrícia de Sá Freitas, assessora da Subsecretaria de Administração da SEE, também representando o secretário; e os Srs. Edson Gonçalves Gomes, presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves; e Gilberto de Souza Rocha, vereador da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/4/2025

Às 18h15min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os impactos e os danos socioambientais da atividade minerária do projeto Minas-Rio, da Anglo American. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Mariana Rodrigues, secretária municipal de Meio Ambiente de Mato Dentro, representando o prefeito; Carla Fernanda de Araújo, chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Jequitinhonha da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam; Juliana Deprá Stelzer, coordenadora estadual do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM; Elizete Pires de Sena, representante das comunidades das Zona de Autossalvamento – ZAS – de Passa Sete, Beco, São José do Jassém e Água Quente; Ludmila dos Santos Neves, presidente da Associação Comunitária de Piraquara de Conceição do Mato Dentro; e os Srs. Sidinei Seabra da Silva, presidente da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro; Caio Dezontini Bernardes, promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – na Comarca de Serro; Frederico Tavares de Lanna Machado, promotor de justiça do MPMG na Comarca de Conceição do Mato Dentro; José Ignácio Esperança Fonseca, coordenador jurídico da Assessoria Técnica Independente ATI39 Nacab – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens; Renato Nogueira de Almeida, gerente de Reassentamento da Anglo American; Maurício Botrel de Vasconcelos, tesoureiro do Instituto Arbo; Percílio Elias da Silva, representante da Comunidade Taporôco, de Alvorada de Minas; José Miguel Rodrigues Silva, representante da Comunidade do Beco, de Conceição do Mato Dentro; Valter de Souza Peixoto, representante da Comunidade de Gondó, de Conceição do Mato Dentro; Fabiano Paulo Silva, procurador do município de Alvorada de Minas, representando o prefeito; e Raimundo Nonato Simões Reis, representante da comunidade de São José do Arrudas. A presidenta, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência recebe de representantes das comunidades duas cartas abertas e três publicações do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e um exemplar do jornal *Por Dentro*. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Tito Torres, presidente – Ione Pinheiro – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/4/2025

Às 10 horas, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância de uma política de valorização salarial e da carreira da educação básica do Estado, bem como para promover o lançamento da campanha salarial de 2025 da categoria. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Andréa Carla Ferreira de Assis, conselheira fiscal do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte – Sind-Rede/BH; Feliciano Alves do Vale Saldanha, integrante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG – Ipatinga; Joeliza Vieira Gama, diretora estadual do Sind-UTE/MG; Lourdes Aparecida de Jesus, secretária-geral da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG; Marilda de Abreu Araújo, diretora de organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Silvana Morais, integrante da Direção Colegiada da Intersindical; e Victoria de Fátima de Mello, diretora do Sind-UTE/MG em Juiz de Fora e representante da Central Sindical e Popular Conlutas – CSP Conlutas; e dos Srs. Jairo Nogueira Filho, presidente da CUT-MG; Jefferson Leandro Teixeira da Silva, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletro-MG; Robson Gomes Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais – Sintect-MG; Rômulo Augusto Ferreira Lopes da Silva, integrante da União Colegial de Minas Gerais – UCMG; e Sebastião da Silva Ribeiro Maria, diretor de Políticas Sociais do Sindicato dos Bancários e diretor de Administração e Finanças da CUT-MG. Registra-se a presença do deputado Leleco Pimentel. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao deputado Leleco Pimentel para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Luizinho – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 14 de abril de 2025, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Rogério Greco.

Palácio da Inconfidência, 11 de abril de 2025.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Amanda Teixeira Dias e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2025, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater possíveis violações ao princípio da dignidade humana pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais em Abaeté devido à prestação inadequada de serviços de esgotamento sanitário, bem como a cobrança indevida de tarifas pela companhia.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2025.

Bella Gonçalves, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/4/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 3.124/2021, que institui o Dia Estadual do Hip Hop.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2025.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2025, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, obter explicações do secretário de Estado de Fazenda, do secretário de Estado de Governo e da secretária de Estado de Planejamento e Gestão sobre o reiterado descumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 24.260, de 2022, que prevê: “Art. 1º – O Poder Executivo divulgará, até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, o percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores, a que se refere o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da República, relativo ao exercício anterior”.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/4/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Carla Elias de Souza, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

exonerando Letícia Frota Martins, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Leite;

nomeando Junio Alves de Oliveira Pimenta, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir.

TERMO DE CONTRATO Nº 15/2025

Número no Siad: 9459558

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Modern Design do Brasil Ltda. – EPP. Objeto: contratação de empresa especializada para fabricação e instalação de guarda-volumes. Vigência: quatro meses, contados da data da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Licitação: Pregão Eletrônico. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.



ERRATAS

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 10.701/2025

Mesa da Assembleia

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/4/2025, na pág. 130, no fecho, onde se lê:

“Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de abril de 2025.”, leia-se:

“Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de abril de 2025.”.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/4/2025

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/4/2025, na pág. 8, sob o título “Requerimentos”, acrescente-se, após o resumo do Requerimento nº 10.864/2025, o seguinte despacho:

“(– À Comissão de Assuntos Municipais.)”.